

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)

1. Os estudos de Segurança Nacional e a ESG na evolução militar terrestre.

A Segunda Guerra Mundial evidenciou para todas as nações a necessidade de adotar novas posturas quanto à Segurança Nacional. No Brasil essa necessidade passou a ser encarada nos diversos campos do poder nacional. Na área militar, como não poderia deixar de ser, o assunto segurança começou a ser abordado em toda a sua profundidade.

A Escola Superior de Guerra (ESG), instituída por lei de 20 de agosto de 1949, com marcante participação de militares do Exército, deu contribuição expressiva ao estabelecimento de uma filosofia de segurança ajustada ao desenvolvimento nacional. A lei definia a Escola como um instituto de altos estudos e centro permanente de pesquisas, destinado a consolidar, desenvolver e difundir conhecimentos relativos à Segurança Nacional - objetivo essencial de suas atenções - partindo do princípio de que esta é função mais do potencial geral da Nação do que de seu potencial militar.

Na formulação de uma política de segurança nacional, a ESG começa pela conceituação de nação, passando às de Estado e de política, para finalmente definir os objetivos nacionais, considerá-los em face do poder nacional e em consequência estabelecer a política nacional, a qual se realizará através do desenvolvimento e da segurança, convergindo para finalidade superior - o bem-estar da comunidade.

A ESG ajudou a criar uma mentalidade de planejamento, de programação e de orçamentação. Tornou-se instrumento de interesse das Forças Armadas e de identificação entre civis e militares. Os estudos desenvolvidos na ESG encaravam a Segurança Nacional levando em consideração, entre outros elementos, as armas psicológica e nuclear, e o caráter predominantemente ideológico dos antagonismos entre os povos, reconhecendo que esses fatores tiraram a nitidez das fronteiras entre a paz e a guerra e aprofundaram as ameaças até ao âmago das nações e à mente dos homens. Estabeleceu princípios que foram adotados pela Força Terrestre brasileira, desenvolvendo uma organização capaz de assegurar tranquilidade ao país em dois campos distintos da segurança - a interna e a externa.

A ESG representa, na verdade, a somatória de esforços de grupos civis e militares para criar elites com novos esquemas de ideias e programas de ação. Em consequência dos estudos nela realizados, evidenciou-se a necessidade de criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em julho de 1964, implantado pelo General Golbery do Couto e Silva, como órgão de assessoria do Presidente da República. Encampando os anteriores organismos de informações, até sua extinção em 1990, desempenhou importante papel no esquema de Segurança Nacional. A partir desse ano, a política de informações passou a ser gerida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, passando, em 1996, para a Casa Militar da mesma Presidência. O Exército, em harmonia com essa medida, também aprimorou, ampliou e modernizou seu sistema de informações, montando inclusive curso especializado para formar elementos habilitados neste setor.

Da ESG partiram os estudos e as propostas para a divisão territorial militar, comportando quatro exércitos e dois comandos de área (CMA - Comando Militar da Amazônia e CMP - Comando Militar do Planalto). Essa estrutura foi adotada até as mudanças da atual formulação. Na grande reforma da organização militar proposta pela Escola, estava inserida a ideia de criação do Ministério da Defesa.

Através do Estado-Maior das Forças Armadas, a ESG procurou implantar sua doutrina, influenciando não apenas o Exército mas a Marinha e a Aeronáutica, com o objetivo de reformular o poder militar nacional, adaptando-o às novas realidades de um mundo em transformação.

Texto adaptado pelo CP/ECEME do CD ROM “O Exército na História do Brasil”.